



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, que entre si, ajustam de um lado como Empregadores a **Federação do Comércio do Paraná - CNPJ N.º 02.818.811/0001-20, Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná - CNPJ N.º 76.683.010/0001-30, Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado do Paraná - CNPJ N.º 76.687.615/0001-08, Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Fescas do Estado do Paraná - CNPJ N.º 76.682.244/0001-63, Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado do Paraná - CNPJ N.º 76.682.210/0001-79 e Sindicato dos Estabelecimento de Serviços Funerários do Estado do Paraná - CNPJ N.º 78.206.786/0001-95**, no final assinados por seus Presidentes, e de outro lado representando os Empregados o **Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato Branco - CNPJ N.º 78.676.665/0001-07**, por seu Presidente infra firmado todos devidamente autorizados pelas respectivas Assembléias Gerais, tem justo e contratados firmar a Presente Convenção Coletiva de Trabalho a se reger pelas cláusulas adiante:

01) REAJUSTE SALARIAL: Os integrantes das categorias abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, terão os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos, reajustados em de 1º DE JUNHO DE 2008, mediante a aplicação do percentual de **7,64% (sete inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento)**, sobre os salários vigentes em 1º de Junho de 2007.

1.1. Aos empregados admitidos após 1º DE JUNHO DE 2007, será garantido o reajuste proporcional ao tempo de serviço, nos seguintes termos:

MÊS DE ADMISSÃO	ÍNDICE ACUMULADO
JUNHO/07	7,64%
JULHO/07	6,99%
AGOSTO/07	6,34%
SETEMBRO/07	5,69%
OUTUBRO/07	5,05%
NOVEMBRO/07	4,42%
DEZEMBRO/07	3,77%
JANEIRO/08	3,13%
FEVEREIRO/08	2,50%
MARÇO/08	1,87%
ABRIL/08	1,24%
MAIO/08	0,62%

1.2. COMPENSAÇÕES: A correção salarial ora estabelecida compensa todos os aumentos, antecipações e reajustes salariais, abonos salariais ou não, de natureza espontânea ou compulsória concedidos pelo empregador, desde junho de 2007. Não serão compensados os aumentos salariais determinados por promoção, transferência de cargo, equiparação salarial por ordem judicial, término de aprendizagem ou implemento de idade (Instituição Normativa nº 4, do T.S.T., alínea XXI)

1.3. As condições de antecipação e reajuste dos salários aqui estabelecidas, englobam, atendem e extinguem todos os interesses de atualização salarial ocorrentes no mês de Junho de 2008.

1.4. As eventuais antecipações, reajustes ou abonos, espontâneos ou compulsórios que vierem a ser concedidos após Junho de 2008, serão compensados com eventuais reajustes determinados por leis futuras ou disposição de outras Convenções ou Aditivos firmados pelas partes.

02) PISO SALARIAL: Assegura-se a partir de **1º DE JUNHO DE 2008**, aos empregados que tenham prestado serviços ao mesmo empregador por 90 (noventa) dias ou mais, os seguintes pisos salariais:

A) Aos empregados pacoteiros: **R\$ 484,00 (quatrocentos e oitenta e quatro reais);**

B) Aos empregados de copa, cozinha, limpeza, vigilância e guardas contínuos, "office-boys": **R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais);**

C) Aos demais empregados: **R\$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais).**

2.1 Durante o período de contrato de experiência, de até 90 (noventa) dias, conforme previsto no "caput" desta cláusula, fica assegurado o piso salarial de **R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais).**

03) GARANTIA DE VALOR AO PISO SALARIAL: Fica estabelecida garantia de valor mínimo ao piso salarial da categoria, igual ao menor salário pago a todo trabalhador adulto, no País, por jornada integral, fixado por Lei Federal, acrescido de 15% (quinze por cento), garantia esta, sujeita a observância do prazo estabelecido na cláusula anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os efeitos da garantia fixada no "caput" da presente cláusula não será considerado como base de cálculo os valores de piso salarial regional fixado por Lei Estadual, nos termos da Lei Complementar nº 103/2000.

04) EMPRESAS CONCORDATÁRIAS, FALIDAS: As empresas concordatárias e a massa falida, que continuarem a operar e as empresas que comprovarem dificuldades econômicas poderão, previamente, negociar com a Entidade Sindical dos Empregados, condições para pagamento dos salários, índices de correção salarial e haveres rescisórios;

05) COMPROVANTE DE PAGAMENTO: Será obrigatório o fornecimento aos empregados de envelope de pagamento ou contracheque, discriminando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos.

06) PRORROGAÇÃO DE JORNADA: Veda-se a prorrogação de horário de trabalho aos empregados estudantes que comprovem a sua situação escolar, desde que expressem o seu desinteresse pela prorrogação.

07) ABONO DE FALTAS: Abonar-se-ão faltas aos empregados estudantes e vestibulandos, quando comprovarem prestação de exames na cidade em que trabalham.

08) ANOTAÇÃO EM CARTEIRA DE TRABALHO: Serão anotadas nas Carteiras de Trabalho as funções exercidas, alterações de salários e percentuais de comissão durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, bem como o contrato de experiência e respectivo período de duração.

09) ACORDO COLETIVO: Fica estabelecida a possibilidade de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho entre a Entidade Sindical dos Empregados e as Empresas, para compensação ou prorrogação de jornada de trabalho, observadas as disposições contidas no Título VI da C.L.T.

10) UNIFORMES: Quando exigidos na execução dos serviços, as empresas fornecerão, gratuitamente, aos seus empregados uniformes, fardamentos, macacões e outras peças de vestuário, bem como ferramentas, equipamentos de trabalho e equipamentos individuais de proteção e segurança.

10.1. Extinto ou rescindindo o contrato de trabalho, deverá o empregado devolver os uniformes e equipamentos, que continuam de propriedade da empresa, no estado em que se encontrarem.

11) QUITAÇÃO DE VERBAS RESCISÓRIAS: Na rescisão contratual, ficam os empregadores obrigados a dar baixa na Carteira de Trabalho no prazo legal e, no mesmo prazo, a proceder o pagamento dos haveres devidos na quitação.

12) ESTABILIDADE DA GESTANTE: A gestante gozará de garantia de emprego, ficando protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa desde o momento da confirmação da gravidez, até 150 (cento e cinquenta dias) dias após o parto, nos termos da letra "b", do inciso II, do art. 10 do ADCT.

13) FÉRIAS PROPORCIONAIS: Na cessação do contrato de trabalho, por pedido de demissão, os empregados perceberão férias proporcionais a base de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração superior a 14 (quatorze) dias, conforme jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 261).



14) **CHEQUES:** Os empregados não terão descontos salariais decorrentes de valores de cheques devolvidos por insuficiência de saldo bancário e recebidos na função de caixa, cobrança, desde que cumpridas as exigências da empresa para o recebimento e das quais tenha ciência expressa.

15) **GARANTIA DO ACIDENTADO:** O empregado que sofrer acidente de trabalho, conforme definido pela legislação previdenciária, gozará de garantia no emprego pelo prazo de 12(doze) meses, nos termos da Lei nº 8.213/91, Artigo 118, desde que fique afastado do trabalho pelo período superior a quinze dias.

16) **INTERVALO PARA DESCANSO:** Os empregadores autorizarão, havendo condições de segurança, que seus empregados permaneçam no recinto do trabalho, para gozo de intervalo para descanso (Artigo 71 da C.L.T.). Tal situação, se efetivada não ensejará trabalho extraordinário ou remuneração correspondente.

17) **CAIXA/PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Os empregados que na loja ou escritório atuarem na função de caixa, na recepção e pagamento de valores, junto ao público, conferindo dinheiro, cheques, cartões de créditos e outros títulos de crédito, notas fiscais, liberando mercadorias e obrigados a prestação de contas dos interesses a seu cargo, terão uma tolerância mensal máxima equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial (cláusula 02). Os empregados entretanto, empregarão toda diligência na execução do seu trabalho evitando no máximo a ocorrência de prejuízos, observando estritamente as instruções do empregador.

PARÁGRAFO ÚNICO: O caixa prestará contas pessoalmente dos valores em dinheiro, cheques e outros títulos de crédito, mediante formulário que prepare e autentique. O empregador ou superior hierárquico conferirá no ato os valores em cheques, dinheiro e outros títulos, sob a pena de não poder imputar ao caixa eventual deficiência.

18) **ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO:** O empregador havendo condições técnicas, autorizará a utilização de assentos apropriados nos momentos de pausa no atendimento ao público. Os empregados utilizarão os assentos com decoro e serão diligentes no caso de presença de clientes.

19) **RESCISÃO CONTRATUAL POR JUSTA CAUSA:** No caso de rescisão do contrato, por justa causa, o empregador indicará por escrito a falta cometida pelo empregado.

20) **LICENÇA NÃO REMUNERADA:** As empresas com contingente maior que 20 (vinte) empregados por estabelecimento concederão licença não remunerada aos dirigentes sindicais eleitos e no exercício de seu mandato, para participação em reuniões, conferências, congressos e simpósios, licença que será solicitada pela entidade sindical, com antecedência mínima de 10(dez) dias e por prazo não superior a 10(dez) dias ao ano.

21) **TRABALHO APÓS AS 19 HORAS:** Os empregados que em regime de trabalho extraordinário, operarem após as 19 horas, desde que excedidos 45 (quarenta e cinco) minutos da jornada normal, farão jus a refeição fornecida pelo empregador ou a um pagamento equivalente a R\$ 9,00 (nove reais), por dia em que ocorrer tal situação. Tal parcela terá natureza indenizatória.

22) **LANCHES:** Os intervalos de 15 (quinze) minutos para lanche, nas empresas que observarem tal critério, serão computados como tempo de serviço na jornada de trabalho do empregado.

23) **REPOUSO SEMANAL REMUNERADO:** O repouso semanal remunerado será fruído preferencialmente aos domingos. Nas atividades em que por sua natureza determinem trabalho aos domingos, será garantido aos empregados repouso em pelo menos 02 (dois) domingos ao mês.

24) **FÉRIAS:** O pagamento das férias, a qualquer título, inclusive proporcionais, será sempre acrescido com o terço constitucional, aplicável o disposto no art. 144 da CLT.

25) **RENEGOCIAÇÃO:** Na hipótese de alterações na legislação salarial em vigor, ou alteração substancial de condições de trabalho e salário, as partes se reunirão para examinar seus efeitos para adoção de medidas que julgarem necessárias com relação à cláusula 02.

26) **CONTRATO DE EXPERIÊNCIA:** Quando o empregador admitir o empregado mediante contrato de experiência, deverá fornecer-lhe cópia do instrumento contra recibo, devidamente datado, bem como, anotar na CTPS o referido contrato.



27) **EMPREGADO SUBSTITUTO:** O empregado admitido para a função de outro, dispensado sem justa causa, terá direito a igual salário do empregado de menor salário na função, não consideradas as vantagens pessoais. (Instrução Normativa 01 - TST)

28) **MENORES:** É proibido admissão ao trabalho de menores mediante convênio da empresa com entidades assistenciais, sem formalização do contrato de trabalho, observadas as disposições da lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

29) **RELAÇÃO DE EMPREGADOS:** As empresas ficam obrigadas a encaminharem ao Sindicato dos Empregados no Comércio uma cópia da sua RAIS ou outro documento equivalente, contendo a relação de salários consignados na RAIS, no prazo de 30(trinta) dias da entrega do referido documento ao órgão competente. Fica obrigada a entidade sindical obreira a manter em sigilo as informações, salvo uso necessário.

30) **COMISSIONISTAS:** Aos empregados comissionistas será fornecido mensalmente o valor de suas vendas, a base de cálculo para o pagamento das comissões e o repouso semanal remunerado.

30.1 - Para cálculo do 13º salário, adotar-se-á a média das comissões pagas no ano, a contar de janeiro; no caso de férias indenizadas, integrais ou proporcionais, indenização, aviso prévio indenizado, adotar-se-á a média das comissões nos doze meses anteriores ao mês da rescisão; e no caso de férias integrais, será considerada a média das comissões nos doze meses anteriores ao período de gozo; para o pagamento dos salários correspondentes ao período de licença maternidade, a remuneração a ser observada corresponderá a média das comissões dos últimos doze meses.

30.2 Caso a inflação apurada nos períodos indicados no item 30.1, medida pelo INPC/IBGE, alcançar o índice igual ou superior a 10%(dez por cento), as comissões para efeito de cálculo de férias, 13º salário, inclusive proporcionais, indenização por tempo de serviço, aviso prévio indenizado e salários relativos à licença maternidade, serão atualizadas com base no INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, do IBGE. No caso de extinção ou não divulgação do referido índice, será adotado o IGP-M - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO, da Fundação Getúlio Vargas.

30.3 - Em relação ao pagamento dos salários relativos ao período de licença maternidade, fica ajustado que somente haverá correção das comissões, prevista no item 30.2., se houver aceitação pelo INSS.

30.4 - É vedada a inclusão da parcela salarial correspondente ao repouso semanal remunerado (Lei nº 605/49) nos percentuais de comissão. O cálculo do valor do repouso semanal remunerado será feito mediante a divisão total da comissão percebida no mês pelo número de dias efetivamente trabalhados, multiplicando-se o resultado pelo número de domingos e feriados do mês correspondente.

31) **AVISO PRÉVIO:** O aviso prévio devido pelo empregador ao empregado admitido até 31/05/2003, será de 30(trinta) dias para o empregado que conta com até 05(cinco) anos de serviço na mesma empresa, e depois, escalonado proporcionalmente ao tempo de serviço, como segue: A) de 05 a 10 anos de serviço na empresa - 45(quarenta e cinco) dias; B) de 10 a 15 anos de serviço na empresa - 60(sessenta) dias; C) de 15 a 20 anos de serviço na empresa - 75(setenta e cinco) dias; D) de 20 a 25 anos de serviço na empresa - 90(noventa) dias; E) de 25 a 30 anos de serviço na empresa - 105(cento e cinco) dias; F) acima de 30 anos de serviço na empresa - 120(cento e vinte) dias.

31.1- Para os empregados admitidos após 1º/06/2003, o aviso prévio também será proporcional ao tempo de serviço, na seguinte proporção:

A) até 04(quatro) anos de serviço na empresa - 30(trinta) dias;

B) após 04(quatro) anos de serviço na empresa, a cada novo ano completado mais 03(três) dias de aviso prévio, além do prazo previsto na letra A deste item, limitado a 120 (cento e vinte) dias.

31.2 - O empregado que não tiver interesse no cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, poderá liberar-se de cumpri-lo, percebendo os dias trabalhados no período.

32) **ADICIONAL DE HORAS EXTRAS:** As horas extras serão remuneradas com adicional de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal.



33) **DESCONTOS:** Os empregadores poderão descontar dos salários dos seus empregados, desde que por eles devida e expressamente autorizados, importâncias correspondentes a seguros, parcela atribuível aos obreiros relativas a planos de saúde, vale - farmácia e outros que revertam em benefício deste ou de seus dependentes.

34) **MORA SALARIAL:** Os salários incontroversos, não pagos até o quinto dia útil posterior ao seu vencimento mensal, serão reajustados mensalmente pelo INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR, do IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

1º - Na hipótese do atraso ser inferior a 30 (trinta) dias, o reajuste será diário pelo INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR, do IBGE, pró-rata;

2º - Com relação a esta cláusula não se aplica a penalidade da cláusula 35.

35) **PENALIDADE:** Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas acordadas, em obediência ao disposto no artigo 613, inciso 8º da C.L.T., fica estipulada multa de meio salário mínimo em favor da parte prejudicada.

36) **DIFERENÇAS SALARIAIS:** As diferenças salariais havidas a partir do mês de Junho de 2008, decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, poderão ser pagas até a data limite para pagamento dos salários de agosto de 2008, sem qualquer acréscimos ou penalidades.

37) **ESTÁGIO:** Na contratação de estagiários sem vínculo empregatício, como admitido na Lei, será pago ao estagiário, a título de bolsa-escola, o valor previsto na cláusula 2, letra "A" desta Convenção Coletiva, na proporção das horas de sua jornada de trabalho.

§ 1º - Os estagiários contratados ficam adstritos à Lei específica, devendo a função exercida na empresa ser compatível com o curso e currículo escolar;

§ 2º - Não se admite a contratação de estagiários para o exercício das funções de pacoteiro, faxineiro, cobrador, telefonista, repositor de estoque, "Office-boy" e serviços gerais, ficando limitado a 90 (noventa) dias o período de estágio nas funções de balconista e vendedor.

38) **BASE TERRITORIAL:** A presente convenção coletiva de trabalho aplica-se aos contratos de trabalho das categorias econômicas e profissional representadas pelas entidades sindicais signatárias, nos municípios de Pato Branco, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Vitorino, Bom Sucesso do Sul, Coronel Vivida, Itapejara D'Oeste, São João e Coronel Domingos Soares.


39) **PLANO DE RENDA COMPLEMENTAR:** As entidades sindicais convenientes se comprometem a incentivar junto às empresas e empregados interessados, integrantes de suas respectivas categorias, o Plano Fecomércio Renda Complementar, administrado pela Fundação Fecomércio de Previdência Associativa e gerido por representantes de empregados e empregadores.

Parágrafo único: O Plano a que se refere o caput desta cláusula destina-se a empregados e empregadores, bem como a seus respectivos familiares, que pretendam dispor de um rendimento complementar à aposentadoria oficial.

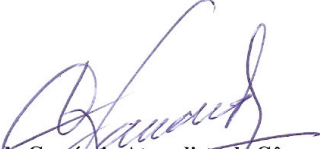
40) **VIGÊNCIA:** A presente Convenção Coletiva de Trabalho, terá vigência de 12 (doze) meses de 1º DE JUNHO DE 2008 a 31 DE MAIO DE 2009.

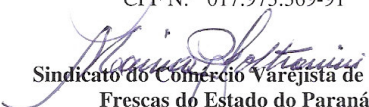
O presente ajuste é considerado firme e valioso para abranger por seus dispositivos, todos os contratos individuais de trabalho, firmados entre as empresas representadas pelas entidade sindicais das categorias econômicas convenientes e os trabalhadores pertencentes à categoria profissional da respectiva entidade sindical.

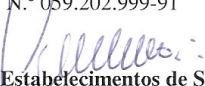
Curitiba, 28 de julho de 2008.



**Sindicato dos Empregados no
Comércio de Pato Branco**
João Maria Luis Carneiro - Presidente
CPF N.º 717.896.779-04

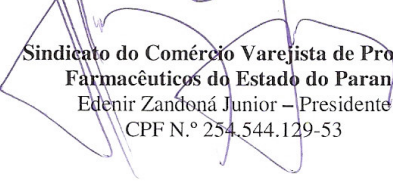

Federação do Comércio do Paraná
Darci Piana - Presidente
CPF N.º 008.608.089-04


Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros
Alimentícios do Estado do Paraná
Eduardo Rubens de Andrade – Presidente
CPF N.º 017.973.369-91

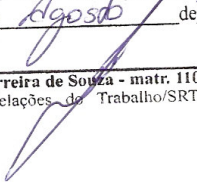

Sindicato do Comércio Varejista de Carnes
Frescas do Estado do Paraná
Marino Poltronieri – Presidente
CPF N.º 059.202.999-91


Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços
Funerários do Estado do Paraná
Gelcio Miguel Schibelbein – Presidente
CPF N.º 319.140.479-15


Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras
do Estado do Paraná
Saul Chuny Zugmann – Presidente
CPF N.º 005.590.919-15


Sindicato do Comércio Varejista de Produtos
Farmacêuticos do Estado do Paraná
Edenir Zandoná Junior – Presidente
CPF N.º 254.544.129-53

46329.000084/2008-45
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ
Nos termos do art. 614 da CLT, o presente instrumento
Coletivo de Trabalho foi recebido para fins exclusivamente
administrativos, não tendo sido apreciado o mérito.
Curitiba, 22 de Agosto de 2008.


Vera Lúcia Ferreira de Souza - matr. 1103766
Serviço de Relações de Trabalho/SRTE/PR





Às Empresas do Comércio:

As entidades subscritoras, representantes dos empregados e empregadores do Comércio, solicitam às empresas que procedam os recolhimentos das contribuições fixadas pelas respectivas assembléias de empregados e de empregadores, observando-se os seguintes parâmetros:

1) CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL : São devidas às entidades sindicais representativas do Comércio que firmam o presente instrumento, para 2008/2009, a Contribuição Assistencial e/ou Contribuição Confederativa, fixadas pelas respectivas assembléias e cujos valores e datas de vencimento serão consignadas nas guias próprias fornecidas pelas referidas entidades.

2) REVERSÃO SALARIAL DOS EMPREGADOS: Solicita-se o desconto da Reversão Salarial, em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato Branco, no valor equivalente a 2,2% do piso salarial relativo à função exercida pelo empregado, nos meses de dezembro de 2008, janeiro, fevereiro, abril, maio e junho de 2009, cujo recolhimento deverá ser efetuado na data consignada nas guias próprias fornecidas pelo sindicato profissional.

§ 1º - Em caso de não recolhimento até a data apazada, o empregador arcará com o ônus, acrescido da multa estabelecida no art. 600 da CLT.

§ 2º - Solicita-se, ainda, o desconto da Reversão Salarial dos novos empregados admitidos após a data-base (junho), na forma acima prevista, desde que não tenha recolhido no emprego anterior.

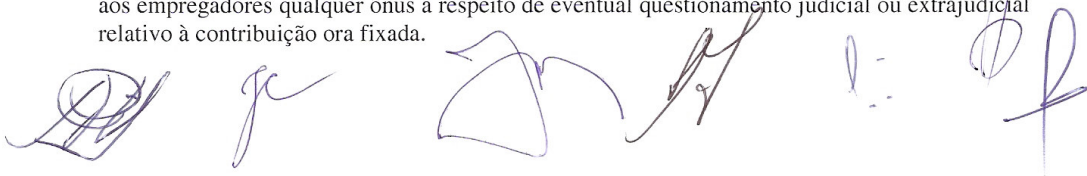
§ 3º Fica assegurado aos empregados o direito de oposição do desconto da referida contribuição, a qual deverá ser apresentada individualmente pelo empregado, diretamente ao sindicato profissional ou ao empregador, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao registro da Convenção Coletiva de Trabalho, em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, salvo em se tratando de empregado analfabeto, quando poderá opor-se pessoalmente na sede do Sindicato ou perante o empregador, através de termo redigido por outrem, o qual deve constar sua firma atestada por duas testemunhas devidamente identificadas. Se a oposição for apresentada perante o sindicato, será fornecido o recibo de entrega, o qual deverá ser encaminhado ao empregador para que não seja efetuado o desconto.

§ 4º - Para os efeitos do parágrafo anterior, as empresas repassarão ao Sindicato o rol dos oponentes, com cópias das oposições, no prazo de cinco dias após o seu recebimento.

§ 5º - É vedado o empregador ou seus prepostos, assim considerados gerentes e os integrantes do departamento pessoal e financeiro, a adoção de quaisquer procedimentos visando a induzir os empregados a proceder oposição ao desconto, lhes sendo igualmente vedado a elaboração de modelos de documentos de oposição para serem copiados pelos empregados.

§ 6º - O empregador e seus prepostos que descumprirem a determinação do parágrafo anterior poderão ser responsabilizados, ficando sujeitos a sanções administrativas e civis cabíveis, respondendo o empregador por multa correspondente ao maior piso salarial da categoria por infringência, a qual reverterá em favor do sindicato dos empregados.


§ 7º - O Sindicato profissional divulgará a Convenção Coletiva de Trabalho, e mais o que se refere às obrigações constantes nesta cláusula, não cabendo às entidades sindicais patronais e aos empregadores qualquer ônus a respeito de eventual questionamento judicial ou extrajudicial relativo à contribuição ora fixada.



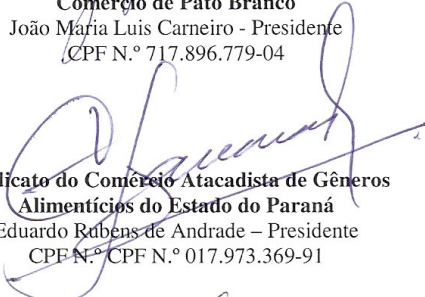
§ 8º - O desconto da Reversão Salarial é efetuado no estrito interesse da entidade sindical dos empregados e se destina a financiar os seus serviços sindicais, voltado para a assistência aos membros da categoria profissional e às negociações coletivas.

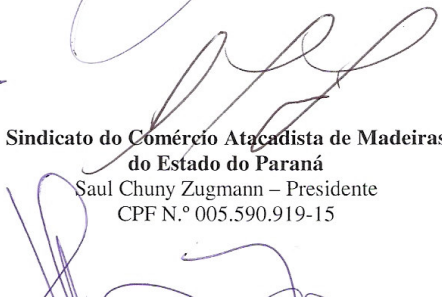
As referidas contribuições, respeitadas as disposições legais e constitucionais sobre a matéria (especialmente o Artigo 513, letra "e", da CLT), foram estabelecidos nos termos das Atas das Assembléias, as quais se encontram a disposição dos interessados nas sedes das respectivas entidades sindicais, e são destinadas a sua manutenção.

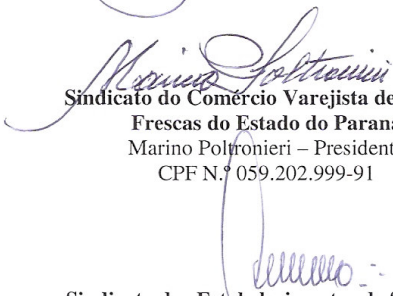
Curitiba, 28 de julho de 2008.

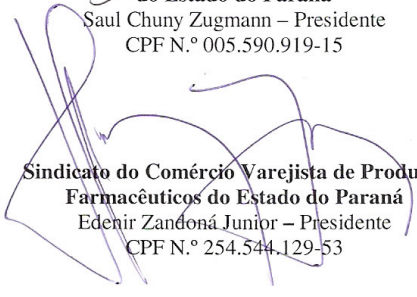

**Sindicato dos Empregados no
Comércio de Pato Branco**
João Maria Luis Carneiro - Presidente
CPF N.º 717.896.779-04

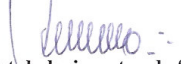

Federação do Comércio do Paraná
Darci Piana - Presidente
CPF N.º 008.608.089-04


**Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros
Alimentícios do Estado do Paraná**
Eduardo Rubens de Andrade - Presidente
CPF N.º 017.973.369-91


**Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras
do Estado do Paraná**
Saul Chuny Zugmann - Presidente
CPF N.º 005.590.919-15


**Sindicato do Comércio Varejista de Carnes
Frescas do Estado do Paraná**
Marino Poltronieri - Presidente
CPF N.º 059.202.999-91


**Sindicato do Comércio Varejista de Produtos
Farmacêuticos do Estado do Paraná**
Edenir Zandoná Junior - Presidente
CPF N.º 254.544.129-53


**Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços
Funerários do Estado do Paraná**
Gelcio Miguel Schibelbein - Presidente
CPF N.º 319.140.479-15

